

As dimensões políticas sobre o ensino da língua espanhola no Brasil: tradições e inovações

Marcia Paraquett

Felizes aqueles que podem escrever ou ler artigos que falem de temas otimistas e transformadores. Não será nosso caso, infelizmente, porque a história da presença/ausência do Espanhol como língua estrangeira (E/LE) no Brasil foi marcada por um percurso que confirma a falta de compromisso com uma política que, de fato, tenha se dedicado à construção de uma relação dialética entre o Brasil e os países hispânicos. Com este espírito e no intuito de dar objetividade a este artigo, vamos dividi-lo em três partes: na primeira, tomaremos a Gramática de Nebrija (1492) como ato inaugural de uma política de hegemonia lingüística; na segunda, apresentaremos uma cronologia que explica, de certa forma, o percurso de E/LE no Brasil; e na terceira, discutiremos os reflexos que a Lei 11.161, de 05/08/2005¹, está provocando entre a comunidade hispânica de nosso país. Ao final do artigo, apresentamos uma bibliografia que pretende contribuir para os que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre esse tema tão ausente em antologias brasileiras.

Uma política inaugural de hegemonia do Espanhol Peninsular

É fundamental que recuemos ao ano de 1492, marco de glória da história moderna da Espanha. Além da "Descoberta da América"², naquele ano os espanhóis terminaram de expulsar os judeus e os mouros de seu território, e ainda publicaram a Gramática de la lengua castellana, cujo autor foi Elio Antonio de Nebrija.

Esses não são fatos isolados, naturalmente. Ao contrário, deixam clara a política de nacionalização e de formalização lingüística dos reis católicos, Fernando e Isabel. Expulsar judeus e árabes significou a re-romanização da Espanha ou, se se prefere, significou devolver aos cristãos o domínio cultural e religioso daquela nação que se constituía. E não é por outra razão que a historiografia oficial batizou esse movimento de "Reconquista", entendendo que os árabes haviam conquistado o território romano, portanto cristão, e que por isso era direito dos católicos reconquistarem suas terras.

Por outro lado, a publicação da primeira gramática revela o cuidado que tiveram aqueles reis para que a língua dos castelhanos dominasse a península. Portanto, o empreendimento político não era apenas religioso, o que faz com que a Espanha fosse, em certo aspecto, pioneira na dominação lingüística de outros povos, já que se valeu de um procedimento bastante moderno para a época. Por isso mesmo, podemos afirmar que foi a primeira experiência de se pensar no ensino da língua como estrangeira. A "Gramática" de Nebrija formaliza a língua castelhana, tenta unificar os diferentes falares e ainda garante aos castelhanos o lugar de imperadores. Não foi por casualidade que seu autor deixou escrita, no Prólogo, sua célebre frase: "A língua sempre foi

companheira do império” (NEBRIJA, 1492, s/p)³ . Essa Gramática surge, então, “no momento em que o espanhol se configura como uma língua de prestígio. A situação do espanhol é favorável a sua expansão no exterior, especialmente na Europa. Ali a Espanha emerge como império e potência” (SEBOLD, 2000, p.57).⁴

A chegada dos espanhóis à América, embora tenha sido consequência de um equívoco (recordemo-nos que Colombo imaginou ter chegado às Índias), traz consigo esse espírito de reconquista. Ou seja, o espanhol que desembarcou em território americano representava um poder preocupado com questões de dominação, fossem elas de cunho religioso, étnico ou lingüístico.

A Descoberta da América, então, representou a oportunidade de impor a religião e língua aos conquistados, tarefa que aqueles espanhóis souberam fazer com maestria. Lembremo-nos que esse episódio histórico teve, pelo menos, dois momentos bem delimitados, o da descoberta e o da conquista, e as duas grandes figuras que simbolizam esses dois momentos são, respectivamente, Colombo e Cortês.

Isso está muito bem discutido no ensaio A conquista da América, de Todorov (1993), publicado no Brasil por ocasião do Quinto Centenário, comemorado em 1992. Outras obras vieram à tona, propondo reflexões e tentando entender esse encontro que marca, para muitos, o início da Modernidade. Entre elas, o ensaísta e romancista mexicano, Carlos Fuentes, publicou El espejo enterrado (1992)⁵ , onde se propõe a revisar a História da América Hispânica a partir da chegada dos europeus. Um paralelo entre as duas obras mostra o quanto diferem os autores nos seus pontos de vista. Enquanto o primeiro procura compreender esse episódio a partir da Semiótica, levantando a hipótese da dificuldade de comunicação entre espanhóis e indígenas, o segundo escreve um detalhado ensaio que se perde entre as fronteiras do lingüístico, do literário e do histórico para justificar seu ponto de vista que se resume em afirmar que todo descobrimento é mútuo. Ficamos com a hipótese de Todorov que, a nosso ver, explica melhor a derrota de um contingente tão grande de indígenas frente a um pequeno exército espanhol. E nossa opção se explica por muitos motivos, conforme veremos abaixo.

Para o intelectual búlgaro e radicado na França, as razões para a vitória dos espanhóis são o comportamento hesitante de Montezuma, a exploração que Cortês faz das divisões internas entre as várias populações indígenas, a superioridade dos espanhóis em matéria de armas, e a fragilidade dos povos indígenas na resistência a doenças trazidas pelos europeus.

No entanto, esses fatos parecem a Todorov pouco importantes quando comparados ao grande número de indígenas que habitavam aquela região. Encontra explicação para esse fato nas crônicas indígenas, onde leu que “tudo aconteceu porque os Maias e os Astecas perderam o controle da comunicação. A palavra dos deuses tornou-se ininteligível, ou então os deuses se calaram” (TODOROV, 1993, p.59).

Todorov nos explica que há duas formas de comunicação: uma entre os homens e outra entre o homem e o mundo. Parece-lhe que enquanto os espanhóis cultivavam a primeira forma, os indígenas cultivavam a segunda. Talvez seja por isso que Montezuma tenha se negado a comunicar-se com os

espanhóis. Era notadamente conhecido como grande orador, um mestre da palavra, e seu silêncio é o reconhecimento de sua derrota.

Ressalta, também, que a fala entre os indígenas tem uma função muito diferente se comparada aos espanhóis. Para aqueles, é memória social, é fala memorizada, sempre citada e, por isso, ritualística. Como afirma o semiótico, os discursos indígenas "materializam o conjunto de leis, normas e valores que devem ser transmitidas de uma geração a outra, para garantir a identidade da coletividade" (TODOROV, 1993, p.57).

Não se pode esquecer que aquelas sociedades não tinham uma escrita no modelo ocidental, já que os Astecas valiam-se de pictogramas, e entre os Maias era possível encontrar rudimentos de uma escrita fonética. Para Todorov, há uma relação entre o grau de desenvolvimento da linguagem e a crença de que os espanhóis eram deuses. Assim, os Incas que não tinham nenhum tipo de escrita acreditavam mais fortemente nessa possibilidade, seguidos dos Astecas e finalmente dos Maias, que em lugar de chamar os espanhóis de deuses, chamavam-nos de estrangeiros.

Importa ressaltar que a ausência da escrita transfere à palavra a função de materializar a memória, o que explica a hesitação de Montezuma, somando-se a isso a crença de que o tempo se repete e que sempre traz de volta a profecia que tem raízes no passado. Acostumado com um mundo ritualístico, o imperador asteca não soube como se comportar frente a um acontecimento único, o que o levou a comunicar-se de maneira inadequada. Para explicar-nos, Todorov cita o exemplo do ouro, dizendo que os indígenas acreditavam que presenteando os espanhóis com o que eles mais haviam gostado (o ouro), estes partiriam felizes, mas, ao contrário, cada vez mais os espanhóis se convenciam de que deveriam permanecer. Com um olhar atual, a atitude de Montezuma pode parecer-nos inocente, mas se nos transportamos no tempo, vamos perceber que o imperador asteca valeu-se do código que julgava correto. Ou seja, de fato as formas de comunicação é que eram muito diferentes. Além de que, no caso específico do ouro, o valor desse objeto não mantinha correspondência numa sociedade e noutra. Percebe-se com isso que para aquelas sociedades, os signos são unicamente o que designam, enquanto que para os espanhóis (e as sociedades modernas como um todo), podem ser uma grande arma de manipulação.

Hoje a linguagem não existe sem a possibilidade da mentira, assim como também da metáfora ou da ironia. Por isso os indígenas eram, no julgamento dos espanhóis, inocentes. Esse julgamento de valor, que foi repetido muitas vezes, é resultante de ignorância ou incompreensão da forma de comunicação existente naquelas sociedades. Pode-se imaginar o refinamento de Cortês quando percebeu a inocência dos indígenas: transformou a palavra em armas e eliminou o adversário. Quando percebe que Montezuma crê que ele é a volta do deus esperado⁶, alimenta essa ilusão e a utiliza como arma de dominação. Para o conquistador, a palavra não é um reflexo do mundo, mas sim um meio de manipulação. E, segundo Todorov, o que garantiu sua vitória foi o domínio dos signos.

Percebe-se, então, que a política lingüística inaugurada em 1492, com a publicação da "Gramática" de Nebrija, desenvolveu-se durante o processo de conquista, facilitando o domínio daquele poder sobre este continente, e

explicando uma vitória difícil de compreender quando se considera o grande número de indígenas que habitavam a América e seu grau de desenvolvimento. Há, portanto, dois fatos de ordem sociolingüística que nos levam a pensar numa possível resposta à hegemonia do Espanhol peninsular sobre o americano: a política de formalização da língua castelhana em território peninsular e a superioridade na comunicação com os indígenas americanos. Saltemos na História para conhecer as políticas lingüísticas na Espanha do século XX e compará-las com as inaugurais. Falemos, primeiramente, da medida tomada pelo General Francisco Franco, ditador por mais de 40 anos, que da mesma maneira que Isabel e Fernando preocuparam-se com a hegemonia lingüística no território que governava com mãos de ferro. A língua oficial do país passou a ser apenas o Espanhol (ou Castelhana) e as demais (o Catalão, o Galego e a do país Basco – Euskera) ficaram proibidas como línguas oficiais. Seu uso restringiu-se ao espaço privado, mas felizmente isso não determinou seu extermínio nem mesmo o abrandamento de seu uso. Ao contrário, conservá-las foi uma forma de resistência ao regime franquista. Aliás, é preciso lembrar que os reis católicos também se frustraram no seu empenho porque a língua dos castelhanos nunca conseguiu eliminar as demais, e essas línguas nem sempre conviveram em harmonia. E isso vale para a Espanha e suas antigas colônias americanas.

Quando se está fora da Espanha, é comum que se pense apenas no Espanhol como língua oficial e os livros didáticos reforçam essa visão. No entanto, qualquer visitante sabe que a língua espanhola passa a ser a segunda em detrimento das outras, quando se sai do centro de poder do país. O Espanhol é a primeira língua de Madri e de outras comunidades que não têm sua língua oficial, mas em Barcelona, por exemplo, ele perde para a política de hegemonia do Catalão. Ou seja, nem o empenho dos Reis Católicos, nem o sistema autoritário do General Franco eliminaram as demais línguas da península, mas o Castelhana continua sendo a língua do poder central constituído. E o mesmo acontece em muitos países hispano-americanos, onde convivem diferentes línguas.

Franco também trabalhou em nome da Igreja Católica. O duplo empreendimento iniciado pelos Reis Católicos – o religioso e o lingüístico – foi revigorado por ele em tempos que já se considerava ultrapassada essa política de hegemonia. Embora a decisão de Franco tenha-se frustrado, como já consideramos acima, ela explica a postura de lingüistas do século XX, que assumem a hegemonia do Espanhol oficial, tentando eliminar ou menosprezar outras variantes utilizadas na América. É o caso, por exemplo, de Francisco Marcos Marin (1987). Observemos o que afirma com relação ao uso do pronome de segunda pessoa, “vos” (variante conhecida como voseo), corrente na Argentina e utilizado também em outras regiões hispano-americanas: O voseo é um resíduo arcaico difícil de suprimir, precisamente por seu emprego no uso familiar, no trato de confiança, que é onde menos influi a escola. No entanto, cremos que nesse ponto os educadores devem fazer o maior esforço possível para acostumar os ouvidos ao tu, e exigir esta forma na língua escrita, estas profundas divergências estruturais são um perigo muito maior que as divergências de léxico, que se podem reparar com certa facilidade. (MARIN, 1987, p.222)7

Depreende-se, facilmente, a postura reacionária, conservadora e autoritária do gramático, quando afirma ser um “perigo” a utilização de “vos” em substituição ao “tu”, forma corrente no sistema da língua espanhola em território peninsular. Marcos Marin chega ao cúmulo de sugerir aos educadores a sua proibição, pedindo-lhes que “exijam” o uso de “tu” na língua escrita. Esse lingüista não reconhece o fato da Argentina ser um grande centro político (e conseqüentemente, lingüístico) da América Espanhola e que cabe aos argentinos e demais usuários dessa variante pronominal discutirem seu uso dentro do sistema lingüístico. Parece-nos que Marcos Marin representa uma velha voz ibérica, autoritária, que continua a ditar ordens a partir de Madri, como se os tempos não tivessem mudado. E essa voz, lamentavelmente, é a que se encontra, ainda, na maioria dos livros didáticos utilizados no Brasil. A presença/ausência de E/LE no Brasil

Passamos a apresentar uma espécie de cronologia que toma, muitas vezes, o Rio de Janeiro como lugar de referência porque é neste Estado que se concentra boa parte dos acontecimentos que delimitam a presença (e também a ausência) do ensino e da aprendizagem de E/LE no Brasil. Além disso, falar a partir do Rio de Janeiro é confundir, intencionalmente, nossa história pessoal com a história do Espanhol no currículo das escolas brasileiras.

- Em 1919, acontece a institucionalização dessa disciplina no Colégio Pedro II, a partir da aprovação, em concurso, do professor Antenor Nascentes para a cátedra de Espanhol, que foi mantida como disciplina optativa até 1925. A prática pedagógica de Nascentes orientou sua visão contrastiva entre o Português e o Espanhol, levando à publicação de sua “Gramática de língua espanhola para uso dos brasileiros”, em 1934, texto que vai servir como ponto de partida para uma interessante reflexão, feita por CELADA e GONZALEZ (2000), sobre a equivocada relação que se costuma estabelecer entre “proximidade” e “facilidade” na aprendizagem de E/LE por brasileiros. Esse equívoco vai ser reforçado com a publicação do Manual de Español, de Idel Becker em 1945, utilizado como livro didático para muitas gerações de aprendizes de E/LE no Brasil.

- Em 1941, ocorre a criação do curso de Letras Neolatinas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era a primeira vez que o Espanhol era uma língua estrangeira estudada num curso de formação de professores, embora fosse, apenas, mais uma das línguas estudadas por aqueles alunos do Curso de Letras. Além do Espanhol, formavam parte do conjunto de Letras Neolatinas, o Italiano e o Francês. É importante, também, ressaltar, que naquele momento se dedicava mais à literatura que aos estudos lingüísticos ou metodológicos. Em 1951, é a Universidade Federal Fluminense que cria o curso de Letras Neolatinas, incluindo-se, portanto, a formação de professores de Espanhol. A especificidade da habilitação Português/Espanhol, na UFF, só se dará em 1961, e na UFRJ em 1963.

- Em 9 de abril 1942, é assinado o Decreto-Lei N. 4.244, que dispunha sobre a Lei Orgânica do ensino secundário e fazia referência explícita ao Espanhol. Incluía na área de Línguas, as disciplinas de Português, Latim, Grego, Francês, Inglês e Espanhol, dizendo que no Curso Clássico, a disciplina era

dada nas duas primeiras séries e no Curso Científico, somente na primeira série. Essa determinação vai ser modificada mais tarde, conforme veremos.

· A partir de 1958, segundo Barros (2001), foram apresentados quinze projetos de lei, na Câmara dos Deputados, versando sobre o ensino do Espanhol no Brasil. Vale recordar que naquele ano, o presidente do país era Juscelino Kubitschek, cuja política de integração continental se traduzia na idéia do Panamericanismo, o que explica o Projeto de Lei 4.606/58, do Poder Executivo, que alterava o Decreto-Lei 4.244/42, obrigando o ensino de Espanhol nos dois ciclos, nas mesmas bases do ensino do Inglês. Vieram, depois, muitos outros Projetos de Lei (PL 867/83; 5.791/90; 200/91; 408/91; 3.998/93; 425/95; 1.105/95) que justificavam a obrigatoriedade do Espanhol em nome da "integração econômica, social, política e cultural dos povos da América Latina, preceituado na Constituição Federal em seu artigo 4o., inciso XI e em seu parágrafo único" (BARROS, 2001, p.7). O próprio Fernando Henrique Cardoso, quando senador, apresentou o PL 35/87 e o reapresentou em 1991 (PL 48/91), obrigando o ensino do Espanhol nos currículos dos estabelecimentos do chamado primeiro grau. Esses projetos nasceram e morreram sem a assinatura da lei, mas é interessante observar que esse interesse político não é novo e que quase sempre foram levados à Câmara dos Deputados em nome da integração com a América Latina. Outras vezes, os projetos de lei mostravam preocupação com a crescente hegemonia do Inglês nas escolas brasileiras, como foi o caso do PL 6.547/82, do PL 396/83 e do PL 447/83, que se apoiavam no parecer do Professor Abgar Renault, do CFE, que acusou de equivocada a interpretação dada ao art. 7o. da LDB/71, hoje revogada, que dispunha que os currículos deveriam ter "uma" língua estrangeira moderna. Segundo o Renault, "as escolas passaram a interpretar a palavra "uma" como ordinal, e não como artigo indefinido" (BARROS, 2001, p. 7). Pese a boa intenção do Professor, no texto da lei, "uma" era mesmo numeral. Nos anos de 1990 aparecem novos PLs, inclusive o polêmico 88/92, de autoria do Senador Pedro Simon, que versava sobre a obrigatoriedade do Espanhol em escolas brasileiras dos estados fronteiriços. As discussões sobre o que seriam essas fronteiras, os interesses paralelos do Mercado Comum do Conesul (MERCOSUL) (nascido no ano anterior) e a proximidade da LDB/96, tudo isso atrapalhou o Projeto que só viria a ser assinado como Lei em 2005, como veremos.

· Em 1961 e 1971, são assinadas as respectivas Leis de Diretrizes e Bases (LDB), onde não se especifica a língua estrangeira a ser estudada nas escolas, deixando-se essa escolha para as instituições, que deveriam privilegiar, pelo menos, uma língua estrangeira moderna. Portanto, nunca houve indicação direta e objetiva de nenhuma língua estrangeira moderna para o currículo escolar brasileiro, o que nos leva a concluir que a presença quase exclusiva do Inglês, por muitos anos e em muitas instituições públicas e privadas, é o resultado de uma política de hegemonia lingüística que está além das leis brasileiras. Pode-se encontrar explicação para essa hegemonia no (falso) caráter utilitário que essa língua tem no imaginário da classe média brasileira e que, de certa forma, repete o discurso ideológico e econômico que vem crescendo desde a metade do século XX. Portanto, a maciça presença do Inglês

não está relacionada à obrigatoriedade legal, mas sim a questões de ordem sociolingüística.

- Em 1979, Niterói vai ser o berço de uma nova modalidade que começaria a crescer no país: os Centros de Línguas Estrangeiras Modernas. É o caso do CELEMO, que funcionou e continua funcionando no Liceu Nilo Peçanha, a mais tradicional escola da cidade. Essa modalidade de instituição de ensino é, hoje, bastante freqüente nos estados do Paraná¹ e São Paulo², e que substitui, de certa forma, o compromisso que deveriam ter as escolas regulares da rede pública estadual desses estados. Em 1980, já no processo de reabertura democrática, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro faz a opção pelo Espanhol, juntamente com o Inglês e o Francês, como língua estrangeira a ser oferecida nos Centros de Estudos Supletivos. Dessa forma, o Espanhol passa a ser, outra vez, uma opção de língua estrangeira na rede pública estadual.

- Em 1981, fomentando uma política em acordo com o processo democrático que reiniciava, funda-se a primeira associação de professores de Espanhol no Brasil. Trata-se da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro- APEERJ, dirigida nos seus três primeiros mandados pela Professora Maria de Lourdes Cavalcanti Martini, atuando naquele momento como professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dois anos depois (1983), funda-se a Associação de São Paulo (APEESP), dando-se continuidade à criação de uma série de associações em todo território nacional. Essas associações tiveram um papel fundamental na organização de uma comunidade que passou a encontrar-se a cada dois anos, em congressos que serviram para definir questões de ordem política e científica de grande importância.

- Em 1983, é implantado o Espanhol como língua estrangeira no ensino fundamental, e em caráter obrigatório e exclusivo, na Escola Aldeia Curumim, instituição privada da cidade de Niterói. Não se tem notícia de outra instituição que tenha feito, anteriormente, essa opção, inaugurando-se, assim, uma escolha que viria a acontecer em diversas escolas do país, sobretudo aquelas cuja proposta pedagógica era menos conservadora. Pela data, compreende-se que essa opção vinha no bojo da abertura política que começava a viver o país. O Espanhol que tinha sido pouco privilegiado durante o sistema ditatorial, começava a receber atenção em projetos de caráter mais aberto e inovador, conforme era o caso da escola citada.

- Em 1984, como consequência de um documento organizado pela APEERJ, a câmara dos deputados do Rio de Janeiro vota parecer favorável para a inclusão do Espanhol no então segundo grau, embora apenas em caráter optativo. Em 1985, realiza-se o primeiro concurso público para professores da rede estadual do Rio de Janeiro, e em 1988, o parecer evolui para um artigo na constituição estadual, estabelecendo a obrigatoriedade de oferta de Espanhol nas escolas públicas estaduais de segundo grau, com livre escolha da disciplina por parte dos alunos, que optavam entre Espanhol, Francês ou Inglês. Cabe ressaltar, no entanto, que essa obrigatoriedade não foi cumprida a contento

¹ No Estado do Paraná, esses Centros de Línguas Modernas foram conhecidos por CELEM e fundados em 1986.

² No Estado de São Paulo, foram chamados de CEL e fundados em 1987.

porque houve resistência por parte de muitos diretores de escolas e também pela comunidade como um todo, já que ainda não se podia compreender a importância da aprendizagem de E/LE por brasileiros. Até o momento, ainda é preciso que APEERJ esteja atenta ao cumprimento da lei, principalmente, no âmbito da rede pública estadual de ensino.

- Em 1986, a CESGRANRIO, instituição responsável pelo vestibular unificado naquele momento, garantiu uma nova opção aos candidatos. A procura pelo Espanhol nos vestibulares do Rio de Janeiro vem crescendo a cada ano, fenômeno que se repete em outros estados, e a explicação pode estar não só no crescimento que, de fato, o Espanhol vem tendo nas redes privada e pública de ensino do país, como devido àquele binômio a que nos referíamos anteriormente e que foi inaugurado a partir da "Gramática" de Antenor Nascentes: se o Espanhol se parece com o Português, então deve ser mais fácil do que as demais opções oferecidas. Esse equívoco é também responsável pelas baixas notas obtidas pelos candidatos que optam pelo Espanhol, conforme atestam estudos estatísticos produzidos pela UFF ao longo dos últimos anos.

- Em 1991, assina-se o Tratado de Assunção que viria a dar início ao acordo do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, conhecido como MERCOSUL, ao que vieram juntar-se outros países como Estados Associados. Mas nunca é muito chamar a atenção para o aspecto comercial desse tratado, embora viesse a servir em falsos discursos que falam de pluralidade lingüística ou de integração continental, conforme poderemos ver mais adiante.

- Não é por coincidência, que no mesmo ano da assinatura do MERCOSUL, ou seja, em 1991, se dê a criação do Instituto Cervantes no Brasil, primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro (2000)³. O Instituto Cervantes é o órgão oficial do Ministério de Educação da Espanha para fomentar o Espanhol como língua estrangeira fora do território nacional. Seu papel é, portanto, político. Essa aparente coincidência confirma que a Espanha seguia com sua política lingüística externa, lutando por garantir a presença do Espanhol fora de seu espaço geopolítico. Além da oportuna presença do Instituto Cervantes, houve a partir dos anos noventa uma intensa corrida de editoras às instituições brasileiras de ensino, no propósito de vender manuais didáticos que seriam utilizados, farta e cegamente, na rede privada e pública de nosso país. Esses materiais traziam em si, e sem disfarce, as marcas da política de hegemonia lingüística, conhecida, pela primeira vez, nas caravelas dos conquistadores.

- Em 1993, torna-se obrigatória a inclusão do ensino do Espanhol nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1o. e 2o. graus. Essa obrigatoriedade está no Substitutivo que o Senado Federal faz ao PL 4.004/93 e que nunca conseguiu avançar. No entanto, é desse PL que vai evoluir a atual lei de obrigatoriedade, porque seu relator, o Deputado Átila Lira, já apresentara em 15/12/00 um projeto de lei, onde chamava a atenção para esse tema sem solução. Em 2005, será ele o relator da Lei 11.161.

³ Houve um equívoco nas datas, pois 1991 é o ano da fundação do IC na Espanha. Aqui no Brasil, o primeiro chega a São Paulo em 1998. No Rio de Janeiro a fundação se dá em 2001, conforme se pode verificar em http://pruebas.saopaulo.cervantes.es/es/sobre_nosotros_brasil_espanol.htm

- Em 1996, assina-se a atual LDB, que fala em plurilingüismo e sugere a escolha de mais de uma língua estrangeira pela comunidade escolar. A assinatura da nova lei vai levar muitas escolas, em particular as da rede privada, a adotarem o Espanhol em seus programas, fazendo com que essa língua estrangeira não seja, apenas, um diferencial em projetos pedagógicos menos conservadores.

- Em 1998, devido à significativa presença do Espanhol, realiza-se o primeiro concurso para professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro para o nível de Ensino Fundamental, tornando-se a primeira rede a incluir essa língua em seu currículo como língua obrigatória, embora opcional para o aluno. Há que se dizer, no entanto, que embora em menor escala que na rede estadual, nem sempre esse direito à opção por parte do aluno tem sido resguardado, embora muitos esforços venham sendo despendidos.

- Em 2000, funda-se a Associação Brasileira de Hispanistas (ABH), durante seu primeiro congresso realizado na Universidade Federal Fluminense, sob a direção do Professor André Trouche. Tão logo é fundada, a ABH estabelece sua sede de caráter itinerante na Universidade Estadual de São Paulo (USP), tendo como presidente para os dois primeiros mandatos, o Professor Mário González. Essa associação realizou em setembro passado (2006) o seu quarto congresso, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e a principal discussão foi a implantação da Lei 11.161/05 que trata da obrigatoriedade do Espanhol. Como associação, essa entidade vem administrando os interesses políticos e acadêmicos da comunidade de pesquisadores e professores de Espanhol do Brasil, fazendo-se mais representativa que as associações de professores fundadas nos anos de 1980.

Finalmente, em 2005, a Lei 11.161 é sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 5 de agosto, determinando a oferta obrigatória do Espanhol pela escola e de matrícula facultativa pelo aluno nos currículos plenos do ensino médio. A obrigatoriedade da oferta do Espanhol também está facultada ao ensino fundamental de 5a. a 8a. série, tanto para a rede pública como para a rede privada de todo país. Essa lei tem determinado uma movimentação na comunidade hispânica e na mídia de nosso país, temas que passamos a discutir na terceira e última parte desse artigo.